



Caracterização das Grandes Áreas Temáticas

SOCIEDADE

A população configura um dos eixos de maior amplitude nos processos de mudança na medida em, através das suas características, pode explicar as trajectórias, viciosas ou virtuosas, de desenvolvimento. Nesta óptica, importa explicitar, de modo mais detalhado, a **dinâmica** e a **estrutura demográfica**, a estrutura do **povoamento**, bem como analisar um conjunto de **indicadores sociais** relevantes neste domínio.

O Território de Intervenção, doravante TI, de Entre serra da LOusã e Zêzere, desde meados do século passado (1950), quando regista o seu máximo valor demográfico, até ao início do século XXI (2001), perdeu mais de 23.000 habitantes, ou seja, reduziu o seu efectivo populacional em cerca de 30% (Anexo1-Quadros 2 e 3). O comportamento desta variável não é linear no tempo e no espaço (como, aliás, já se referiu, na análise de contexto), tendo conduzido a diferenças consideráveis no interior da sub-região.

Se durante algumas décadas, apesar da **evolução demográfica** do TI avançar em terreno negativo, o saldo natural foi positivo, contribuindo para amortecer os efeitos negativos dos intensos processos migratórios que drenaram, de forma selectiva, os seus recursos humanos (os mais jovens, em particular) e conduziram a uma distorção profunda da estrutura etária, nos últimos anos a situação alterou-se de forma profunda, de tal maneira que o saldo fisiológico passou a ser negativo em toda a linha ELOZ (em 2006, o número de nascimentos atingiu os 532, e o número de óbitos fixou-se em 712), com uma excepção: o município da Lousã (209 nascimentos e 146 óbitos). Este padrão, que marca igualmente o Pinhal Interior Norte e a Região Centro de Portugal, é ainda mais preocupante nos municípios de montanha, como Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos, onde o saldo natural negativo (taxas de natalidade entre 4.6‰ e 7.3‰, e taxas de mortalidade de 15.2‰ a 22‰, em 2006) é acompanhado, também, de um défice ao nível da capacidade de fixação de população (territórios repulsivos). Em Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, concelhos que apresentam, ao longo desta década, saldos naturais negativos, o que explica o crescimento estimado da população residente é o sinal positivo do saldo migratório que inclui, igualmente, a entrada de população estrangeira. Em 2001, o peso relativo da população estrangeira no TI era de 1.04%, reflectindo uma variação no intervalo definido pelos valores de 0.4% (Pampilhosa da Serra) e 1.6% (Vila Nova de Poiares).

Ao mesmo tempo, o TI é marcado por um aumento significativo da população idosa e um decréscimo acentuado dos jovens, de forma mais nítida em relação às escalas regional e nacional. A **estrutura etária**, no período 1991-2001, reflecte de forma inequívoca este duplo envelhecimento



da população: a classe etária dos jovens decresceu mais de 12%, enquanto que as classes dos adultos e dos idosos cresceram 6.6% e 12.1%, respectivamente (Quadro 13). O índice de envelhecimento, referido na análise de contexto, é a expressão mais visível desta “revolução grisalha” que, afectando de forma mais drástica os territórios montanhosos, compromete a viabilidade demográfica de muitos dos seus lugares e induz novas prioridades de investimento, planeamento e gestão em matéria de equipamentos/infra-estruturas destinados à população idosa. Num território com as características físicas, demográficas, económicas e sociais que este apresenta, compreende-se que a maior parte da **população** resida em **lugares** de reduzida dimensão. A partir da distribuição da população residente, segundo a dimensão dos lugares, em 2001, constata-se que 41% da população da Região Centro residia em lugares com menos de 500 habitantes e apenas 23.4% desse universo residia em lugares com 5000 ou mais habitantes (a classe mais importante, de 200 a 499 habitantes, representava 20.4% da população residente). Considerando os municípios da Serra da Lousã, verifica-se que em 2001, quase 35% da população residia em lugares de dimensão inferior a 100 habitantes. Se a estes lugares juntarmos a população que reside em núcleos até 199 habitantes, verificamos que a maior parte da população dos concelhos serranos reside em pequenos lugares. Neste particular, salientam-se os municípios de Pedrógão Grande (75.7%), Figueiró dos Vinhos (72.6%), Castanheira de Pêra (67.1%), Pampilhosa da Serra (66.7%) e Vila Nova de Poiares (64.5%). A situação afigura-se diferente nos concelhos de Miranda do Corvo e Lousã, com 42.2 e 27.6% da população residente, respectivamente, a viver em lugares de dimensão reduzida.

De outro modo, reconhecendo que o **nível de instrução** da população é um factor decisivo para o desenvolvimento económico e social, importa compreender a situação do território em relação a este domínio. Entre 1991 e 2001 registou-se um decréscimo na **taxa de analfabetismo**, em todas as escalas de análise (Quadro 6). Apesar da evolução ser mais evidente no TI (-4 %), a taxa de analfabetismo (12.2%) continua elevada em comparação com os valores regionais (10.9%) e nacionais (8.9%). Os valores oscilam entre 7.1%, na Lousã, e 25.2%, em Pampilhosa da Serra. A distribuição da população, por **nível de ensino** atingido, mostra a predominância do 1º ciclo do ensino básico (41.2%), seguido do ensino secundário (13%) e do 2º ciclo (12.6%) e 3º ciclo (9.7%) do ensino básico (Quadro 7). O número de população com ensino superior era de apenas 6.1%, quantitativo bastante inferior aos valores regional (9,2%) e nacional (10,9%). Ao nível dos concelhos ELOZ, a importância relativa da instrução primária varia entre 36% (Lousã) e 50% (Castanheira de Pera), e a percentagem de habitantes com um curso superior oscila no intervalo de 8.8% (Lousã) e 2.5% (Pampilhosa da Serra).



Em síntese, a dinâmica demográfica (na amplitude dos espaços que perdem e dos espaços que ganham população), o progressivo envelhecimento da população (que significa o aumento da população dependente), a elevada taxa de analfabetismo e o baixo nível de ensino atingido pela maioria dos habitantes, de forma conjugada, fragilizam o TI, em geral, e o seu sector montanhoso, em particular, e dificultam a sua inserção competitiva regional, nacional e internacional.

ECONOMIA

Em 2001, cerca de 60% da população residente empregada em ELOZ trabalhava no sector terciário, 34% no sector secundário (que agrega a indústria e a construção civil) e 6% no sector primário. Esta estrutura aproxima-se muito da nacional (60%, 35% e 5%, respectivamente) e difere ligeiramente da regional, uma vez que os serviços tinham um peso menor (55%) e os sectores secundário e primário apresentavam um peso maior (38% e 7%, respectivamente).

A **estrutura da economia local** revela um número decrescente de activos afectos ao sector primário (5.9% para o TI, em 2001; 10.2% em 1991), designadamente as fileiras agrícola e florestal, embora a dependência actual se mostre mais elevada nos municípios serranos (com excepção de Castanheira de Pera, em que o sector primário representava menos de 3% da população activa com emprego, em 2001), como acontece em Pedrógão Grande (8.3%), Figueiró dos Vinhos (10.9%) e, sobretudo, em Pampilhosa da Serra (23.6%), em relação aos concelhos que integram o sistema urbano polarizado pela cidade de Coimbra: Lousã (1.9%), Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares (3.9%). Contudo, a expressão do rural, na acepção de utilização agrícola e florestal, não pode reduzir-se aos valores da actividade económica formal.

A partir da informação estatística sobre a ocupação do território, verifica-se que mais de 87% do TI está vinculado a usos agrícolas (14%) e florestais (73%), enquanto que a restante área (13%) se reparte entre usos urbanos (10%) e outros usos (3%). No caso do uso agrícola do solo, é evidente um crescimento muito expressivo da actividade viveirista (frutícolas e espécies para espaços ajardinados), nos municípios da Lousã e Miranda do Corvo, com a utilização de solos em áreas de grande fertilidade e na proximidade de linhas de água (em particular o rio Ceira e os seus afluentes), de tal maneira que 80% da produção nacional é proveniente desta área (onde está incluída a freguesia de Ceira, do concelho de Coimbra). Por sua vez, a floresta representa um recurso de grande valor estratégico para o TI, o Pinhal Interior e a Região Centro. As recentes orientações estratégicas nacionais e os instrumentos financeiros para o sector (com o apoio da UE), procurando implementar espaços florestais de uso múltiplo, começam a imprimir dinâmicas no território ELOZ, como a criação de associações de produtores florestais, a definição de áreas de intervenção florestal (ZIF), as acções de valorização de espaços florestais com a integração de



novos usos, e uma iniciativa de certificação florestal (Bosques da Lousã) situada no concelho da Lousã.

Ao mesmo tempo, o sector terciário regista uma forte aceleração no TI, concentrando cerca de 60% do emprego em 2001 (40% em 1991), em resultado da transferência de activos dos sectores primário (como aconteceu de forma mais evidente em Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e ainda em Vila Nova de Poiares) e secundário. A redução da importância deste último sector de actividade, entre 1991 (43%) e 2001 (34.4%), fez-se sentir de modo mais acentuado nos concelhos de maior tradição industrial, como Castanheira de Pera (de 63.8%, em 1991, para 46.8%, em 2001), com forte ligação aos têxteis de lanifícios, e Lousã (de 47.6%, em 1991, para 35.6%, em 2001), com as indústrias do papel, da produção e distribuição de energia eléctrica e dos licores, a que se juntaram os sub-sectores da construção civil e obras públicas, e o fabrico de componentes eléctricas.

Uma análise de maior pormenor para o TI de Entre serra da LOusã e Zêzere, centrada no fenómeno da crescente **terciarização** da economia, a partir do contributo do terciário relacionado com as actividades económicas (quadro 14), coloca em evidência o maior peso relativo deste sub-sector nos concelhos de Miranda do Corvo (47.8%), Lousã (49.3%) e sobretudo Vila Nova de Poiares (56.2%) – único município posicionado acima da média regional (54.7%) –, quando comparado com os concelhos de Pampilhosa da Serra (40%), Castanheira de Pera (41.6%) e Pedrógão Grande (44.7%), sendo estes que, em teoria, apresentam uma maior ligação às actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, e assim, uma estrutura de emprego mais dependente da administração pública (em que as autarquias locais, e os serviços públicos em geral, configuram-se como os maiores empregadores concelhios).

Pela sua importância estratégica, merece ainda referência detalhada o sector do **turismo**. De acordo com o último Anuário Estatístico da Região Centro, o TI apresentava cinco estabelecimentos turísticos (41.6% e 1.18% do Pinhal Interior e da Região Centro, respectivamente), repartidos por um hotel (Lousã), três pensões (Lousã, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande) e um estabelecimento classificado como “outro” (Miranda do Corvo) – (Quadro 15). A capacidade de alojamento era de 230 camas (33% do Pinhal Interior e 0.6% da Região Centro, respectivamente), distribuídas do seguinte modo: hotel (92), pensões (85) e outro estabelecimento (53). A Lousã concentrava cerca de 53% das camas disponíveis em 31 de Julho de 2006, destacando-se o Mélia Palácio da Lousã (que corresponde a 40% do total de alojamento do TI ELOZ), unidade hoteleira de quatro estrelas que resultou da reconversão do antigo palácio da Viscondessa do Espinhal (imóvel do início do século XIX, classificado como imóvel de interesse público pelo IPPAR). Já em 2007, a capacidade de alojamento cresceu (em mais 62 camas), após



a inauguração da Pousada da Juventude da Lousã. Contudo, ainda é evidente o défice do TI nesta matéria, em comparação com a Região Centro.

Em relação ao **turismo no espaço rural** (TER) os dados mais recentes (2006) referem oito unidades TER com a seguinte distribuição geográfica: Lousã (4), Pedrógão Grande (3) e Castanheira de Pera (1). De forma paralela, estão identificados outros espaços de alojamento rural, informal, como acontece em Cerdeira, Casal Novo e Talasnal, Maria Gomes, Pessegueiro, Casal da Lapa e Janeiro de Baixo, entre outros, ou em fase de classificação como acontece em Porto Douro ou Sarnadas.

No âmbito da valorização económica e social dos **recursos endógenos** (produtos locais), merece referência, pela sua importância estratégica no TI, o artesanato, o mel e a gastronomia. A estatuária em pedra, os trabalhos em madeira, em torga (raiz de urze) e em xisto, as mós e cantarias em arenito, olaria em barro preto e vermelho, os tropeços em cortiça, os barretes dos neveiros, entre outros, são exemplos paradigmáticos de **produtos artesanais**, com forte vinculação ao território (e com um papel fundamental na dinamização das economias locais), que se transformaram em símbolos, imagens e marcas. Neste segmento de mercado, em que a originalidade, a autenticidade e a qualidade são os traços diferenciadores e selectivos, destaca-se também o **mel** da Serra da Lousã (produto com Denominação de Origem Protegida, desde 1994), obtido pelas abelhas da espécie *Apis Melífera Ibérica* de nectários florais da flora espontânea regional, em que predominam as *ericáceas*, habitualmente conhecida por urze.

A encerrar este item, não podemos deixar de assinalar a importância da **gastronomia**, considerada valor integrante do património cultural (Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000, de 26 de Julho), e das **confrarias** que visam defender, estudar e divulgar determinadas especialidades gastronómicas locais e regionais, como acontece com a chanfana (Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares), o vinho e a jeropiga (Miranda do Corvo) e os maranhos (Pampilhosa da Serra). A valorização dos alimentos e da sua confecção -saber-fazer- é um estímulo positivo para os produtores e os criadores, e previsivelmente pode conduzir a novas certificações (o exemplo mais relevante é o cabrito da Beira Serra) e melhorar a qualidade e o valor acrescentado de produtos endógenos de reconhecido valor estratégico como o azeite, a castanha e o vinho.

CULTURA, NATUREZA E BIODIVERSIDADE

A cultura, a conservação da natureza e a biodiversidade, como domínios estruturantes da qualidade de vida da população, ocupam um lugar cada vez mais destacado nas políticas de desenvolvimento, cruzando escalas recorrentes e articuláveis.



Os investimentos em **cultura**, na perspectiva de programas nacionais, dominados por acções materiais (infra-estruturas e equipamentos culturais, e protecção e valorização do património construído), deixaram marcas evidentes no território. Segundo os últimos indicadores culturais disponíveis, por concelho, em 2006 foram contabilizadas treze bibliotecas, três museus e dez galerias de arte no TI, que representam 2.7%, 4.5% e 5.7% do potencial desses equipamentos na Região Centro, respectivamente (Quadro 16).

Porém, o investimento público e privado na área da cultura decorre, de igual modo, de outras plataformas (que configuram um mosaico complexo, e nem sempre articulado, de instrumentos de apoio) como, por exemplo, os Programas Operacionais Regionais. A este propósito, importa destacar, pelo carácter inovador e mobilizador dos agentes de desenvolvimento local, a Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (PORC, 2000-2006).

Tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento integrado de um conjunto de micro-territórios de montanha muito marcados por trajetórias de abandono e progressiva desvitalização económica e social, a AIBT do Pinhal Interior assumiu a ambição de requalificar um conjunto de aldeias de matriz xistosa, representativas da arquitectura serrana tradicional, e estruturar uma nova atracção turística no Centro de Portugal destinada em particular a um segmento de mercado constituído por população jovem, exigente e de elevado poder aquisitivo. Dos vinte e quatro lugares intervencionados no âmbito do **Programa das Aldeias do Xisto**, nove (38% do total) localizam-se no TI, concretamente: Casal de São Simão (Figueiró dos Vinhos); Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal (Lousã), Gondramaz (Miranda do Corvo), Fajão e Janeiro de Baixo (Pampilhosa da Serra) – (Figura 6).

De forma complementar a AIBT criou um sistema de incentivos específicos para apoiar iniciativas empresariais nas áreas da restauração, alojamento (TER) e animação turística, e apoiou diversas iniciativas de valorização do património natural e cultural, (que perfazem mais de 12 milhões de euros de investimento). A amplitude dos projectos aprovados (em número superior a três dezenas) é significativa, como se depreende dos seguintes exemplos: parque de campismo de Foz de Alge (Figueiró dos Vinhos); praia fluvial do Casal da Lapa (Pampilhosa da Serra); ecomuseu da Serra da Lousã (Lousã) e praia das Rocas (Castanheira de Pera) – complexo de lazer e animação, com uma piscina de ondas com 2100 m² (a maior do país), uma ilha e uma albufeira com embarcações e *bungalows*.

Aliás, as **praias fluviais** foram outra aposta estratégica da AIBT, no sentido de requalificar algumas frentes ribeirinhas de grande valor ambiental e paisagístico e criar uma Rede. No TI localizam-se oito, das vinte e uma praias fluviais do Pinhal Interior integradas na referida Rede (Figura 6).



Mas a dimensão patrimonial do TI ganha ainda mais relevância quando invocamos os estatutos de protecção ou classificação de bens/sítios. No âmbito da legislação nacional sobre **património cultural** (Quadro 17) estão classificados trinta e dois imóveis (56% dizem respeito ao município da Lousã), distribuídos pelas categorias de Monumento Nacional (15.6%), Imóvel de Interesse Público (46.9%) e Imóvel de Interesse Municipal (37.5%), e encontram-se em vias de classificação mais quatro bens. As tipologias mais representadas, com quase 90% do total dos imóveis classificados, são a arquitectura civil (43.8%), a arquitectura religiosa (28.1%) e os pelourinhos (15.6%). Esta diversidade de bens reflecte a evolução internacional do conceito de património cultural (e os critérios utilizados), de tal maneira que hoje estamos perante uma visão integrada, territorial e dinâmica do património, em que os seus elementos apresentam tipologias, escalas e contextos muito diversos.

No que diz respeito ao **património natural**, designadamente a paisagem natural e a biodiversidade, podemos afirmar que o valor ecológico do TI foi reconhecido no âmbito da **Rede Natura**, com a classificação de dois sítios: a **Serra da Lousã** (15158 ha) e o **Complexo do Açor** (1362 ha), parcelarmente localizado no TI, ao abrigo da Directiva Habitats (Figura 7), perfazendo cerca de 11% deste território. O 1º, apresenta 3 habitats naturais e semi-naturais prioritários (charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*; matagais arborescentes de *Laurus nobilis*; florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*). O 2º, estruturado em 4 núcleos (Mata da Margaraça, Fajão, Cebola e São Pedro de Açor) e repartido pelos domínios do xisto e do quartzito, apresenta como principais comunidades vegetais, bosques caducifólios de carácter reliquial, com elevado valor botânico e fitogeográfico, e importantes manchas de azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*), azevinho (*Ilex aquifolium*) e loureiro (*Laurus nobilis*). Estes dois sítios são também importantes para o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e particularmente para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*).

Por último, importa assinalar a reintrodução de cervídeos na Serra da Lousã, nos anos 90 do século passado, nomeadamente de veados (*Cervus Elaphus*) e corços (*Capreolus capreolus*), aproveitando a diversidade e a riqueza florística de alguns sectores da montanha, tendo em vista o aumento da biodiversidade faunística local, a caça, logo que as suas populações o permitam e enquadrada num ordenamento cinegético sustentável, e o ecoturismo e o turismo científico desde que devidamente estruturados (FONSECA, 2006).

